

REFLETINDO SOBRE A DIFICULDADE DE LEITURA EM ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR: “DEFICIÊNCIA” OU SIMPLES FALTA DE HÁBITO?

Cleber Tourinho¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão a respeito da prática da leitura por alunos da Educação Superior. Destacam-se aspectos sociais e históricos, bem como um panorama da leitura no Brasil, em que se expõe o avanço do livro e da leitura, com destaque para seus conceitos e suas funções. Estuda-se também a importância da leitura no processo educacional, salientando a interpretação, a compreensão e a intertextualidade, abordando-se nesse item o perfil do leitor brasileiro, principalmente quando ele cursa o nível superior. Relata-se a importância de um maior envolvimento dos graduandos no processo de leitura, após a reflexão sobre o pouco hábito desta entre eles e o porquê da distância entre o livro e o leitor. Observa-se que a preocupação quanto ao acesso à leitura é global, contudo, no Brasil, entre várias dificuldades, estão as questões de formação do leitor desde o âmbito familiar e escolar e a massificação e perda de qualidade do Ensino Superior atual, redundando em práticas acadêmicas de leitura mecanizadas e forçadas. Conclui-se que a criação de hábitos de leitura perpassa um ideário não apenas sociopolítico, mas também cultural, por isso é fundamental, para a construção de cidadãos críticos, que esses sujeitos-leitores sejam capazes de tornar a leitura uma constante, não apenas no nível acadêmico, mas enquanto objeto de fruição de prazer, informação e conhecimento, permitindo a eles a reflexão e modificação da realidade a sua volta.

Palavras-chave: Leitura. Hábitos de leitura. Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

A leitura é vista como parte essencial na educação do indivíduo. No entanto, o hábito de ler do aluno brasileiro é um grande ponto de interrogação. Só nos Estados Unidos entre 1975 e 1977 foram publicadas 1.588 pesquisas voltadas para a área de leitura vinculada somente em uma revista especializada (SILVA, 2005). No Brasil, apesar de serem comuns os comentários sobre a crise da leitura que atravessa o país, não se tem uma verdadeira dimensão deste problema, simplesmente porque não há pesquisas publicadas em número suficiente sobre este tema, e as que existem, na maior parte das vezes, são referentes à alfabetização. Após a inclusão da redação no vestibular, surgiram alguns estudos, mas apenas no âmbito da escrita. No nível universitário, no qual há uma insatisfação geral dos professores em relação à leitura por parte dos seus alunos, ainda não existem pesquisas

¹ Mestrando em Letras e Linguística (PPGLL/UFBA). Pesquisador do Projeto Vertentes – UFBA/CNPq. Licenciado em Letras Vernáculas (UFBA). Professor da rede municipal de Pitimbu/PB. E-mail: clebertourinho@gmail.com

significativas que mostrem a natureza do aluno-leitor ou dos livros a eles apresentados.

Não obstante, apesar dos poucos dados encontrados, pode-se afirmar com segurança que o atual estudante de nível universitário no país, em sua maioria, despreza a leitura como fonte de entretenimento, informação e crescimento pessoal, limitando-se, na maior parte das ocasiões, a apenas ler aquilo que é obrigado por necessidade das disciplinas cursadas, como atividades, apostilas e livros passados pelos professores. Ou seja, mesmo dominando os rudimentos da leitura e da escrita, e sendo capazes de entender um texto de forma razoável, possuindo um nível de escolarização acima da média, essas pessoas não se sentem bem em *praticar a leitura*. Passam, por isso, ao largo do que se considera Alfabetização Funcional ².

O reflexo dessa realidade histórica do povo brasileiro se projeta na educação, desde a estrutura familiar, passando pelo Ensino Fundamental e estendendo-se até o Ensino Superior. É diante de tantos questionamentos sobre a atual conjuntura a respeito da leitura, do pouco interesse ou da falta de incentivo às pesquisas sobre o tema, principalmente entre as próprias Instituições de Ensino Superior, que se torna vital um aprofundamento em relação à perspectiva de ser esta uma “deficiência” ou, caso seja necessário se utilizar de outro expediente terminológico, o simples pouco hábito da leitura (algo volitivo) por parte dos estudantes universitários.

Tais inquietações relativas ao tema advêm da crença de que um bom leitor pode criar melhores condições para a diversificação e ampliação das informações que são veiculadas a ele. Saber ler é uma exigência das sociedades modernas. Há, porém, uma importante diferença entre *saber ler* e *praticar efetivamente a leitura*: se aquela é uma necessidade pragmática e permite a realização individual de atividades básicas, como executar tarefas cotidianas, a esta é um importante instrumento para o exercício da cidadania e para a inclusão social do indivíduo.

² O conceito de alfabetização funcional indica quão bem os indivíduos adultos usam a informação escrita para funcionar em sociedade e prestar sua contribuição econômica. Trata-se de uma particular capacidade e modo de comportamento das pessoas. Sua definição mais amplamente aceita origina-se de um levantamento norte americano denominado YALS - *Young Adult Literacy Survey*, de 1985. De acordo com o YALS (1986, *apud* MOREIRA, 2005), a alfabetização funcional é “[...] a habilidade (de um indivíduo adulto) de usar informação escrita e impressa para funcionar em sociedade, para atingir seus objetivos e para desenvolver seu conhecimento e potencial”.

RELEVÂNCIA SÓCIO-HISTÓRICA DA LEITURA

Historicamente, a leitura tem sido reconhecida como uma atividade elitista, sinônimo de erudição, de saber. Cada período da história, por conseguinte, teve sua espécie de leitura, a depender das necessidades do povo e de cada indivíduo. Na realidade, a própria noção de “História” tem a ver com a gênese da escrita, do momento que o homem artificializou sua fala e registrou-a, codificando e esperando que outros semelhantes seus entendessem esse mesmo código. Porém, muito antes da criação da escrita e da leitura, o ser humano expressava suas ideias, desejos e necessidades em desenhos e sinais gravados nos lugares em que habitava ou por onde passava, para se comunicar, garantir a propriedade, expressar suas conquistas, etc.

As relações do homem com o mundo estão mediadas por sua percepção e construídas pela linguagem. Esta é de caráter social, pois a condição de sua existência é a troca e a comunicação. Para Orlandi (1998, p. 220), “a leitura não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentido, em uma palavra: de historicidade”. Assim, o ato de ler implica participar do processo coletivo de construção dos sentidos, ou seja, quando estamos lendo, o fazemos de um lugar e com uma direção histórica determinada.

Em que pese a grande evolução que acompanhou a leitura desde o início da História, foi apenas nos últimos dois séculos que esta atividade passou a estar indissociavelmente ligada à escrita, pois a concepção de leitura do passado era bem diversa do conceito abraçado pela contemporaneidade, variando em função das práticas sociais e das técnicas de impressão da escrita de cada época. Portanto, a leitura foi assumindo novas dimensões, estabelecendo parâmetros hodiernos para a constituição do leitor atual.

Autores contemporâneos ressaltam veementemente a importância do ato de ler. Freire (2006), por exemplo, defende que a leitura deve ser vista como uma conquista do ser humano em seu processo de evolução. Toda sociedade produz uma memória cultural, e a leitura é um meio importante para o conhecimento e a transformação das ideias, dos instrumentos e técnicas produzidos pelo homem. E se

esta for levada para o âmbito crítico e reflexivo, cumpre o papel de combater a alienação e promove a libertação de um povo. Todos os membros de uma sociedade civilizada são obrigados a utilizarem e repassarem várias formas de leitura e interpretação de livros, jornais, revistas, relatórios, resumos, cartas, material digital (com o auxílio dos computadores) de forma crítica e consciente. Nesse sentido, Freire (2006, p. 59) apresenta um enfoque interessante:

Um texto para ser lido é um texto para ser estudado. Um texto para ser estudado é um texto para ser interpretado. [...] Não podemos interpretar um texto se o lemos sem atenção, sem curiosidade. [...] Estudar exige disciplina [...] é criar e recriar e não repetir o que os outros dizem. Estudar é um dever revolucionário.

No Brasil, boa parte da leitura não é feita em livros, mas em jornais e revistas, não obstante o papel dos mediadores sociais, tais como a biblioteca, a editora, as instituições de ensino, a imprensa, a livraria, os eventos culturais, etc. Esses mediadores de leitura assumem o papel responsável pela constituição ou não do diálogo entre o autor, a obra e o leitor.

Ainda assim, o fato incontestável é que o brasileiro informa-se mais pela televisão. Nem mesmo o advento da internet aumentou a dimensão da leitura no país, pois muitos, ao invés de utilizar essa ferramenta importantíssima a seu favor, como fonte infinita de possibilidades de acesso ao conhecimento humano escrito, preferem alienar-se com as piores opções oferecidas pela rede mundial de computadores. Infelizmente, essa situação é uma ameaça aos desenvolvimentos social, econômico e político do país.

SOBRE A NOÇÃO DE LEITURA

Definir leitura, em um sentido amplo, vista como atividade intelectual humana, não é tarefa das mais fáceis. Complicado e limitador é tentar conceituar e descrever as interfaces que compõem o todo da atividade, analisar os elementos que integram seu campo de ação, procurando ainda circunstanciar as situações em que se realiza e determinar os papéis que desempenha durante sua produção, bem como estudar e entender os autores componentes de tal realização (FREIRE, 2006).

Por leitura entende-se aquele processo no qual o sujeito realiza ativamente um trabalho de *construção do significado do texto*. Segundo Coelho (2002), a leitura,

no sentido de compreensão do mundo, é condição básica do ser humano. A compreensão e o sentido daquilo que o cerca inicia-se na tenra infância, quando os sons, os odores, os toques, os sabores são interpretados – ou lidos – pelo bebê, quando a criança começa a interagir com seu meio, sendo-lhe oportunizadas condições de aprendizagem (MARTINS, 1994). O processo simbólico, contudo, inicia-se efetivamente quando a criança tem acesso e oportunidade de usar o material escrito, como também estando em contato com ambientes favoráveis à leitura, na presença de livros, jornais, revistas etc.

Conforme Andraus Júnior e Santos (1999), as condições ambientais são determinantemente incentivadoras para o desenvolvimento na criança pelo prazer em ler. Entretanto, a realidade do prospectivo leitor brasileiro é, em geral, pouco estimulante: a maioria dos pais não lê e pouquíssimos se preocupam em fazer com que os filhos leiam, sendo outorgado à escola o papel de incentivar a leitura nos seus alunos. Assim, para a formação de leitores, são considerados elementos fundamentais a escola e a família. A mútua relação dessas instituições favorece o desenvolvimento da leitura e, sobretudo, o gostar de ler. Segundo Zilberman (1988, p. 56):

O processo de formação do leitor está vinculado num primeiro momento à característica física (dimensões materiais) e sociais (interação humana) do contexto familiar, isto é, presença de livros, de leitores e situações de leitura que configura um quadro específico de estímulo sócio cultural.

Portanto, caberia à família a iniciação da leitura entre as crianças, habituando-as desde a mais tenra idade a ouvir cantigas de ninar, rimas, adivinhações, lendas, fabulações. As histórias lidas ou contadas oportunizam o contato com livros e revistas, incentivando-as a folheá-los e a lê-los através de ilustrações. Esse ato leva, frequentemente, a criança a visitar livrarias, bibliotecas e feiras de livros infantis. Além do mais, se existe em casa um ambiente favorável para leitura, elas, por sua vez, procurarão reproduzi-lo.

Por outro lado, a realidade da família brasileira mediana não reflete uma atmosfera propícia para a leitura, em função de uma variedade enorme de causas; a maioria dos pais vive em condições desfavoráveis, seja financeira ou culturalmente, e não tem ambiente adequado que fomente o hábito de ler. Poucos são aqueles que têm uma pequena biblioteca em casa, ou que costumam trazer livros e revistas para

o lar, o mesmo presentear os filhos e parentes com novidades literárias, entre outros aspectos. Na realidade, a família transfere para a escola toda a responsabilidade da formação do leitor. Por sua vez, a escola (principalmente a pública) não está preparada para desenvolver eficazmente o processo de leitura, por ser uma instituição também problemática, porém, é ainda o espaço que oferece oportunidade concreta de atuação em favor da leitura, incentivando na criança e no jovem o hábito de ler. Segundo Silva (2005, p.32):

Seria difícil conceber uma escola onde o ato de ler não estivesse presente – isto ocorre porque o patrimônio histórico, cultural e científico da humanidade se encontra fixado em diferentes tipos de livros [...]. O acesso aos bens culturais, proporcionados por uma educação democrática, pode muitas vezes significar o acesso aos veículos onde bens se encontram registrados, entre eles os livros.

A leitura já foi analisada como um ato solitário, porém, hoje se sabe que ela não se constitui como um ato isolado, nem como uma atividade monológica do indivíduo, pois este, ao decifrar um texto de qualquer espécie, interage com os leitores virtuais criados pelo autor e também com esse próprio autor. O texto passa a exercer uma mediação entre sujeitos, tendo a incumbência de estabelecer relações plurais entre leitores reais e virtuais, que são plurais também. Assim, Orlandi (1998, p. 29) explica:

O ato de ler só se dá verdadeiramente entre um leitor virtual, que é constituído no próprio ato da escrita e um leitor real, na medida em que esse leitor imaginário, criado pelo autor, dialoga com esse leitor real, com esse leitor que lê o texto e dele se apropria.

A partir dessa interação, institui-se a atividade fundamental da leitura, o jogo entre leitores, que são os atores do referido processo, realizando-o de forma a permitir enlaçar e atravessar os diversos sentidos do texto, num desafio que se mostra como atividade social e histórica aparentemente tomada por individual, já que todo sujeito-leitor sempre produz sua leitura em determinadas condições e em determinado lugar social. Leitor e leitura se constituem, pois, como elementos vitais de interlocução contínua a alargar indefinidamente as possibilidades de atribuições de sentidos, atuando na construção de um processo social de mão dupla, desenvolvendo um tipo de ação que se dá em espaço amplo, visto que os diversos sentidos atribuídos a um texto e dele também absorvidos entram em consonância com a história de vida de cada um.

Conforme Martins (1994, p. 31), existem muitas concepções de leitura, e estas podem restringir-se a duas caracterizações, a saber:

- [...] 1) Como uma decodificação mecânica de signos linguísticos, por meio de aprendizado estabelecido a partir do condicionamento estímulo-resposta (perspectiva behaviorista-skinneriana);
- 2) Como um processo de compreensão abrangente, cuja dinâmica envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, bem como culturais, econômicos e políticos (perspectiva cognitivo-sociológica).

De fato, o processo de leitura é composto por etapas: a primeira seria a decodificação de sinais, sendo apenas o momento inicial do processo, quando acontece a decifração dos sinais gráficos; a segunda seria a atribuição de significações, pela qual o indivíduo apreende uma acepção de superfície e promove uma desmontagem do texto para atingir o significado do discurso.

Silva (2005, p. 45) explica: “compreender a mensagem, compreender-se na mensagem, compreender-se pela mensagem – eis aí os três propósitos fundamentais da leitura”. Ou seja, a leitura é uma forma pela qual o leitor compreende e interpreta o que está escrito, mas sua função vai muito além da comunicação leitor-texto. Para esta autora, a leitura é uma ponte para a tomada de consciência crítica de mundo.

Kleiman (1989, p. 77) afirma que “conhecimento prévio é o conhecimento anterior que o leitor possui e que se utiliza na hora de compreender um texto qualquer. Isto significa que, para ler, o leitor utiliza o que já sabe, um conhecimento adquirido ao longo de sua vida”. Portanto, são níveis de conhecimentos prévios à leitura: conhecimentos linguísticos, que abrangem o conhecimento implícito da língua materna, as regras internalizadas, os significados usuais, o vocabulário, o conhecimento textual que embarca noções e conceitos que o leitor possui como tipos variados de textos, formas de discurso, estrutura peculiar dos gêneros; e conhecimento do mundo, que compreende o conhecimento do conteúdo do assunto tratado no texto lido, envolvendo situações eventuais com que já nos deparamos e que entram em ação no momento da leitura.

Todos esses níveis de conhecimento participam do processo de compreensão de um texto qualquer, daí a importância de as instituições de ensino proporcionarem leituras diversas, capazes de ampliar o universo cognitivo que o aluno adquire quando é exposto à escolarização. Além disso, precisa-se verificar se há no

processo de leitura a compreensão do leitor diante do texto, pois este constitui o elo entre o autor e o leitor. De fato, para chegar à universidade, o aluno já deveria ter este entendimento de como ler e compreender um texto, pois é preciso que ele seja independente, criativo, capaz de buscar alternativas, formular hipóteses, estabelecer proposições originais, recombina elementos textuais, estabelecer novas relações do texto com experiências vividas e, assim, ter uma compreensão crítica e criativa da leitura em questão.

Para Orlandi (1998), há dois tipos de leitura: a *parafrásica* e a *polissêmica*. A primeira limita-se a repetir o que o autor diz, não há análise do que é lido, o leitor não atribui significado ao texto, ele apenas decodifica o que está escrito. O segundo tipo, a polissêmica, atribui múltiplos significados ao texto, ou seja, o leitor, à medida que lê, vai tirando suas conclusões e formando um juízo de valor. Não se trata apenas de absorver as palavras escritas, mas de captar a mensagem enviada por estas palavras.

A leitura é assim considerada como um processo constante de elaboração e verificação de previsões que levam à construção de uma interpretação. Considera-se que este processo de previsão deve ser ensinado e aprendido em sala de aula, e o professor tem o papel fundamental de formular prognósticos diante do texto trabalhado, explicar aos alunos em que ele se baseou para formulá-las, e deve também articular previsões que não se realizem para que o aluno verifique o que aconteceu. A intenção desta atividade é induzir o aluno a participar, elaborando também suas próprias anteverões durante a leitura de um texto, lembrando que o tema e os objetivos estipulados para serem lidos são extremamente importantes porque oferecem ao leitor maior garantia de êxito na construção da sua interpretação.

Através das definições até aqui expostas, fica claro que as diversas abordagens de leitura estão dependentes e interligadas, ou seja, uma necessita da outra para que a leitura seja realizada. Há, entretanto, uma reciprocidade de necessidades entre tais categorias. Martins (1994) tem muito cuidado ao apresentar sua visão de leitura, pois é muito subjetiva esta questão. Cada indivíduo a vê de maneira diferente, e isto dificulta uma reflexão concreta. Ademais, Paulo Freire imortalizou-se defendendo o ensino da leitura a partir do universo vocabular do

alfabetizando. Nesta perspectiva, acerca da importância do ato de ler, o educador afirma que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 2006, p. 11).

Para Freire (2006, p. 11), “o ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo”. O educador pernambucano explica ainda que a leitura da palavra não implica na ruptura do contexto com seu mundo imediato. Pelo contrário, ele percebeu que, ao longo da escolarização, nem sempre a leitura da palavra foi a leitura da “palavra mundo”, e por isso ele propõe um conceito de leitura dinâmica, contínua, capaz de inter-relacionar palavra e mundo, teoria e prática.

Concordemente, o ato de ler é uma atividade que implica não somente a decodificação de símbolos; envolve uma série de estratégias que permitem ao indivíduo compreender o que lê. Neste sentido, relatam os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997, p. 54):

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua. Que consegue utilizar estratégias de leitura adequada para abordá-los de forma a atender a essa necessidade.

Assim, pode-se observar que a capacidade para aprender está ligada ao contexto pessoal do indivíduo. Lajolo e Zilberman (2002) afirmam que cada leitor entrelaça o significado pessoal de suas leituras de mundo com os vários significados que ele encontrou ao longo da história de um livro, por exemplo. O ato de ler, então, não deve representar apenas a decodificação, já que esta não se liga imediatamente a uma experiência, fantasia ou necessidade do indivíduo. De acordo com os PCNs (1997), a decodificação é apenas uma das várias etapas de desenvolvimento da leitura. A compreensão das ideias percebidas, a interpretação e a avaliação são as outras etapas que, segundo Bamberger (2000, p.23), “fundem-se no ato da leitura”. Desta forma, espera-se que o leitor competente trabalhe com a diversidade textual, desenvolvendo pessoal e significativamente as etapas de leitura a fim de atingir sua excelência.

Santos (1998) explica que a falta de motivação para a leitura tem sido apontada como a causa de vários contratempos, pois muitos que têm dificuldades para ler evitam situações em que seja preciso fazê-lo. Ademais, como esses sujeitos

não conseguem desenvolver a prática de ler, ocorre a diminuição da motivação e a instalação lenta e gradual da relutância para realizar essa atividade.

Com base nas noções apresentadas, não há dúvidas de que o estudante universitário precisa ter bem em mente o que de fato significa a leitura. Não basta apenas decodificar o texto, ler por ler. Necessita-se de uma preparação prévia, de um conhecimento anterior de mundo, que permitirá ao discente relacionar suas atuais leituras com outras visões já internalizadas. Talvez aí esteja uma das problemáticas para o baixo interesse pela leitura e seus respectivos efeitos: falta ao graduando um cabedal de conhecimentos anteriores, fornecido pela convivência em sociedade, pelo debate, pela discussão e observação do mundo ao seu redor, que o permita fazer uma ponte com os temas a serem escolhidos para se ler. Faltam subsídios epistemológicos necessários para a ativação subjetiva do interesse pelo ato de ler, os quais serviriam de degraus condutores ao entendimento do texto e, conseqüentemente, do aumento do interesse pessoal pela leitura.

A FORMAÇÃO E O PERFIL DO LEITOR BRASILEIRO

Orlandi (1998) traça os seguintes perfis para os leitores em geral:

- a) O leitor visto como uma posição vazia, sem que se leve em conta a sua história de leitura, a qual é moldada pela instituição de ensino a que faz parte;
- b) O leitor visto enquanto agente da própria leitura, sendo responsável por sua história, manifestando sua posição de sujeito-leitor;
- c) O leitor em uma posição intermediária. Aqui, a instituição na qual ele se insere aceita as regras de dominação, mas, mesmo sem expor sua leitura, desenvolve um discurso de resistência.

Witter (1997) faz referência a uma pesquisa que visava a caracterizar o leitor universitário, investigando seu envolvimento com a leitura tanto no nível acadêmico como no nível extra-acadêmico. Os resultados revelam que, embora a leitura esteja presente nas atividades dos universitários, não se prioriza a leitura acadêmica de cunho científico, mas a prosa de ficção e revistas. Foi identificado ainda, nesta

pesquisa, que a prática da leitura dos universitários está estreitamente ligada à frequência e ao nível de escolaridade dos pais.

Orlandi (1998) se propôs a estudar o perfil do leitor brasileiro no contexto escolar, tendo realizado várias pesquisas, nas quais analisou diversos aspectos responsáveis pela formação do perfil do leitor brasileiro. Ao abordar a questão da interpretação, a autora percebeu que o estudante geralmente adere à leitura do professor e deixa silenciar a sua própria, até por uma questão de necessidade, já que ele depende da aprovação da instituição de ensino, necessitando das notas para progressão serial. As avaliações servem para mostrar que não existe um leitor modelo, e este se adapta ao padrão das instituições por onde passa. Assim, a escola contribui para que o lugar do leitor fique vazio no contexto da realidade brasileira, porque o educando geralmente não tem a oportunidade de mostrar sua interpretação frente às leituras realizadas. A história de leitura do aluno é apagada porque o seu posicionamento em relação às outras leituras é ignorado até por ele mesmo, muitas vezes por comodismo.

Martins (2002) deixa claro que os estudantes das Instituições de Ensino Superior devem ter um compromisso maior com a sociedade e consigo mesmos, porque é na fase adulta que a leitura de textos mais complexos e narrativas com interpretações mais amplas e mais complicadas enriquece o vocabulário, desenvolve ainda mais a capacidade de reflexão e interpretação e dinamiza o raciocínio lógico. Portanto, o graduando deve se conscientizar do seu papel de ser um agente de sua própria leitura e demonstrar o seu ponto de vista, provando que é um leitor competente, ou seja, não encarando o ato de ler apenas como simples decodificação. Ele deve assimilar estruturas gramaticais complexas, aprimorar a sua linguagem, se expressar bem, aprender a dizer o que pensa e ser crítico. Além disso, o leitor universitário competente deve ter a capacidade de praticar a intertextualidade, ou seja, deve ser capaz de inter-relacionar a temática e as teses de um texto que tratam do mesmo assunto com abordagens diferentes ou semelhantes.

PANORAMA DO ATUAL ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Pode-se afirmar com segurança que existe uma significativa relação entre leitura e Universidade, pois aquela ajuda a melhorar o desempenho dos estudantes academicamente, assim como contribui para a qualidade no desempenho e quantidade avaliativa dos leitores. A Universidade, enquanto instituição formadora, assume o lugar privilegiado para desenvolver, induzir e favorecer mudanças, assumindo um compromisso com a formação adequada às exigências da qualificação profissional, dando ênfase à leitura e à formação de leitor (ALVES, 2007).

Em uma pesquisa relacionada ao Exame Nacional de Desempenho (Enade) do ano de 2006, constatou-se que 43,6% dos universitários brasileiros – ou seja, menos de metade deles – estuda entre uma e duas horas por semana além do horário de aula, 34% leem no máximo dois livros por ano, excetuando os escolares, e 41,3% se informam mais pela televisão. A pouca dedicação à leitura e ao estudo busca sua justificativa na falta de tempo dos alunos. Segundo o Enade 2006, 68,2% dos universitários brasileiros estudavam à noite e 73,2% trabalhavam durante o dia (OLIVEIRA, 2007).

A profusão do número de Instituições de Ensino Superior também colabora com esse panorama. A partir da política educacional brasileira, adotada entre 1995 e 2002, houve um crescimento exacerbado no número de faculdades privadas, com excesso de estímulo à expansão da rede particular e pouco investimento na universidade pública desde aquele período. Segundo Kostman (2004):

Nos últimos anos, o número de faculdades particulares no Brasil cresceu freneticamente. Entre novembro de 2001 e julho de 2003, 544 novos estabelecimentos de Ensino Superior foram autorizados a funcionar pelo Ministério da Educação. Dá quase um por dia. Desde 1995, o número de estudantes cursando o Ensino Superior dobrou, num setor que movimentou 15 bilhões de reais no ano passado.

Por isso, o MEC vem tentando reverter o quadro, sendo mais rigoroso no processo de abertura de instituições e cursos, além de exigir qualidade no ensino oferecido. Apesar de o crescimento do número de instituições privadas ser benéfico, por democratizar em certa medida o acesso ao Ensino Superior, há efeitos colaterais, pois muitas instituições abriram as portas sem um compromisso com a qualidade do ensino (ESPAM, 2004).

Atualmente, o mercado de acesso ao Ensino Superior não consta mais de provas que visam a submeter o aluno a um teste pessoal de seu conhecimento adquirido nos anos de escolaridade no ensino médio, selecionando-se aqueles mais preparados. Na realidade, de acordo com Kostman (2004), “por todo o país, faculdades [particulares] disputam alunos em outdoors e na televisão”. Além disso, “[...] o mercado universitário para as classes A e B já está saturado. Para crescer, as faculdades precisam atrair a classe C, o que só é possível com mensalidades mais baixas – no máximo 256 reais por mês”.

A partir do cruzamento de dados dos grupos do Enade 2006, observou-se que a maioria dos estudantes da área de saúde veio de escolas particulares. Os de licenciatura, por seu turno, vieram quase todos do ensino público. No caso de Medicina, por exemplo, apenas 8,2% estudaram em escola pública. No curso de Letras, esse percentual sobe para 70% (OLIVEIRA, 2007).

Ademais, não custa lembrar que o Ensino Superior brasileiro é quase que totalmente noturno, privado e pago, visto que esta modalidade atrai especialmente o aluno que precisa trabalhar para pagar a mensalidade e os gastos da faculdade e se sustentar ao mesmo tempo. Logo, quem estuda à noite e trabalha durante o dia certamente não tem muito tempo para estudar, muito menos para ler textos diversos.

Assim, notamos que o Ensino Superior nacional, nas suas bases relacionadas aos alunos que nele ingressam, demonstra uma clientela alijada, em sua maioria, de hábitos costumeiros de leitura e produção textual. A maioria dos que estudam opta pelas instituições privadas e pagas, sendo pessoas interessadas primariamente em possuir um diploma universitário, trabalhadores diurnos, impossibilitados de cursar uma faculdade pública, quer pela dificuldade em conciliar os horários do seu labor profissional com os estudos, quer pela incapacidade de enfrentar a concorrência com outros mais bem preparados para um vestibular em Universidade pública, que gastaram somas impensáveis em excelentes cursinhos. São majoritariamente alunos egressos de uma escola pública de ensino básico defasada e praticamente falida, que não prepara o cidadão para fazer uso mínimo da cultura letrada, quiçá do ensino científico mais especializado, obrigando-os a se submeterem a uma realidade na qual se tornam apenas mais um “tijolo no muro”, um simples membro da grande

massa de educandos a engrossar as estatísticas das novas IES que todos os dias surgem no Brasil.

A LEITURA NO ENSINO SUPERIOR – UMA VISÃO CRÍTICA DA QUESTÃO

Os estudos mais recentes envolvendo a leitura demonstram que a maioria dos estudantes brasileiros apresenta dificuldade de expressão oral e escrita e são praticamente incapazes de dar sentidos aos textos. Vivem em um mundo quase sem palavras, esvaziados de ideias, e com isso perdem a capacidade de pensar. Essa situação catastrófica ocorre porque o aluno brasileiro costuma apenas ler decodificando e não consegue entender o significado, isto porque a escola quase nunca trabalha as informações não visuais, nas quais o aluno consegue, ao mesmo tempo em que lê, compreender o sentido dos escritos.

Na concepção de Witter (1999), o aluno, ao chegar à Universidade, já deveria possuir uma capacidade de se adaptar aos diferentes conteúdos, possuindo também um bom desempenho em leitura. No entanto, o que se observa é que os novos universitários não estão ingressando no nível superior como leitores plenamente desenvolvidos, sendo por isso considerados ainda imaturos literários.

Uma ligeira observação sobre os cursos superiores em geral demonstra um panorama em que a leitura dos universitários se processa como em um trabalho de garimpo. Os estudantes buscam com dificuldade o ponto focal dos textos, divagam, demoram a compreender o que leem, e muitas vezes se perdem entre tantos escritos, não porque sejam extensos, mas porque não conseguem dominar os rudimentos que conduziriam a um processamento inteligente e a uma separação consciente dos escritos das variadas disciplinas. Assim, observamos muitos alunos se queixarem de que “têm muitos textos para ler”, ou que “os professores passam textos que não entendem, não conseguem encaixar na disciplina”, quando na realidade é sua capacidade de leitura morosa e desabituada que os fazem acumular os conteúdos a serem lidos e a não realizarem uma intertextualidade produtiva.

Os estudantes, em qualquer parte do Brasil, ingressam no Ensino Superior trazendo consigo uma quantidade significativa de dificuldades tanto na linguagem em geral, como também naquelas relacionadas às práticas de leitura. Alguns

autores, como Santos (1998) chegam mesmo a dizer que muitos entram na Universidade sem compreender sequer um texto, tanto de ficção quanto de não ficção. Não conseguem interagir com o texto, ou seja, não são capazes de compreender significativamente o conteúdo que leram, “não conseguem buscar e selecionar as informações do texto; não apresentam uma atitude crítica e criativa em relação ao texto lido; a maioria não gosta de ler, seja livros da própria área que estuda, seja outro tipo de leituras” (ALVES, 2007, p. 08).

O pouco hábito da leitura apresenta reflexos consideráveis na escrita e, conseqüentemente, na fala mais monitorada. É comum observarmos alunos com um vocabulário restrito, temerosos de apresentar argumentos e raciocínios em um debate ou seminário, até mesmo diante de seus outros colegas, o que é extremamente preocupante no Ensino Superior, quando é preciso estar com a linguagem mais adequada. Tratando-se em especial dos alunos na área de Humanas, a leitura é muito mais recomendada, enquanto nas áreas de Exatas e Biológicas temos uma leitura mais técnica. Mesmo assim, qualquer que seja seu curso, o universitário terá que se tornar um destro leitor, principalmente porque o conhecimento que ele precisará absorver a partir dos tempos iniciais na Universidade não se circunscreverá somente a quatro ou cinco anos de ensino, mas sim em uma gama de outras informações que serão apenas adquiridas por uma leitura aprofundada e cuidadosa. Traduzindo: não importa o curso, sempre é importante ler, e muito, e não apenas o material proposto para a sala de aula.

A discussão quanto às origens dessa deficiência (ou falta de hábito), tem levado alguns estudiosos a interessantes considerações. Silva (2004), após citar várias pesquisas, conclui afirmando que tornar-se um bom leitor envolve as primeiras vivências com a leitura e a escrita, o processo pelo qual o indivíduo foi alfabetizado, o domínio que adquiriu da própria relação ler/escrever com a sociedade e de como aprendeu a ver a leitura como forma de conhecer o mundo. Witter (1997, p.11) afirma: “certamente as contingências de vida anterior ao ingresso na Universidade, o nível de desempenho em leitura com que nela ingressa e as condições atuais de vida do estudante são variáveis que influenciam na leitura do universitário”.

Quando relacionamos essa realidade com a constatação do âmbito socioeconômico e político do Brasil, deparamo-nos com profundas questões presentes no cotidiano de todos e que determinam suas condições materiais e existenciais, entre elas, a desigualdade social resultante da diferença de classes, que estabelece a relação de poder entre o explorador e o explorado, entre o rico e o pobre, o dominante e o dominado. Nesse contexto de classes determinadas e determinantes, surge o grande problema que fortalece a estrutura vigente e priva o indivíduo de ir ao encontro de uma leitura (do livro e do mundo) mais rica, além da postura crítica diante da realidade: o acesso financeiro a esse bem humano. Nem todos conseguem dinheiro para comprar livros, jornais ou revistas, e mesmo quando acham material de leitura gratuitamente, não têm tempo de ler, dedicando suas horas produtivas ao estafante trabalho, que por sua vez redundando na necessidade de descanso e lazer distantes da leitura mais simples.

Ainda para Witter (1997), o fator socioeconômico é extremamente determinante na formação do sujeito-leitor. Isso se dá porque um ambiente favorável e motivador (o qual inclui o lugar, os pais, a escola...), serve de base precípua para um bom desempenho em leitura. No que se refere à Universidade, os lugares também são importantes, assim como uma boa biblioteca com uma variedade de livros relacionados tanto aos estudos acadêmicos quanto à vida pessoal dos alunos.

Alves (2007, p. 03), argumenta:

Existe um ciclo vicioso de responsabilidade no ensino da leitura na escola. Em geral, os professores das séries iniciais acusam os pais por não colaborarem no processo da leitura, os professores das séries seguintes, por sua vez, acusam os anteriores. A Universidade culpa os professores de ensino médio que ela própria formou pela falta de habilidades que muitos estudantes apresentam no desenvolvimento da leitura. Enfim, é cada um passando a responsabilidade pela deficiência de leitura dos estudantes.

Mesmo com o discurso válido e progressista de que os estudantes devem ler mais para se tornarem leitores críticos e criativos, as metodologias aplicadas na Universidade primam pela prática de leitura solitária, dispersa e não planejada, o que conduz a mais desinteressante. Ou seja, lê-se por obrigação, como um exercício obrigatório e maçante que valerá pontuação, como atividade-fim, desprovida de prazer e, em muitos casos, secundarizada, apenas mais uma tarefa a ser cumprida.

O próprio desenvolvimento pedagógico de muitas Instituições de Ensino Superior contribui para o aumento do abismo entre o aluno e a leitura. É raro o fomento ao debate de textos diversos e de obras inteiras, enquanto chovem as fotocópias de capítulos de livros e trechos retirados da internet, descontextualizados e “mastigados” pelos professores. Não se faz nenhum tipo exercício de correlação entre os diversos textos absurdamente técnicos e as principais obras do cânone universal, especialmente em áreas tecnológicas e de saúde. Aliás, amiúde os universitários demonstram um desinteresse preocupante frente aos textos indicados para análise e discussão em conjunto, frequentando as aulas sem apresentarem uma leitura prévia dos assuntos a serem debatidos.

Observamos, também, uma frequência extremamente baixa de estudantes indo às bibliotecas, ou seja, muitos não têm o hábito de usar diretamente essas instituições, de ter contato franco com livros e periódicos de suas áreas, mas apenas esporadicamente, utilizando, quase sempre, a internet como fonte única de suas pesquisas (ALVES, 2007).

Interessante é a observação de Freire (2006, p. 17) quanto a este aspecto. Diz o educador:

Creio que muito de nossa insistência, enquanto professoras e professores, em que os estudantes “leiam”, num semestre, um sem-número de capítulos de livros, reside na compreensão errônea que às vezes temos do ato de ler. Em minha andarilhagem pelo mundo, não foram poucas as vezes em que jovens estudantes me falaram de sua luta às voltas com extensas bibliografias a ser muito mais “devoradas” do que realmente lidas ou estudadas. [...] A insistência na quantidade de leituras sem o devido adentramento dos textos a ser compreendidos, e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita. Visão que urge ser superada. A mesma, ainda que encarnada desde outro ângulo, que se encontra, por exemplo, em quem escreve, quando identifica a possível qualidade de seu trabalho, ou não, com a quantidade de páginas escritas.

Em outras palavras, entendemos que o estudante de nível superior assusta-se diante de uma realidade que não é sua, a de ter que estar às voltas com enorme quantidade de leituras exigidas, seguidas de uma extensa labuta com a escrita interpretativa dessas leituras. Novamente, a formação escolar, anterior a esse momento, detrai do ato de absorver o conhecimento científico, ocasionando a retração de leitores e pensadores, que é o que deve ser o resultado dos estudos universitários.

Realmente, na atualidade, é cada vez mais comum observarmos estudantes abandonarem o curso superior por sentirem que seus anseios não estão sendo atendidos, sobretudo quando não respondem ao ensino com a aprendizagem esperada. Sem levar em conta a possibilidade de não identificação com o curso, e descartando outras questões de ordem socioeconômica ou até pessoal, o problema com a absorção simples de conhecimentos do curso através da leitura tem se mostrado um fator relevante para a evasão no Ensino Superior, uma vez que a dificuldade de compreensão de textos por parte dos universitários é evidente quando da realização de tarefas que exigem interpretação, síntese, vocabulário etc.

As observações de vários estudiosos indicam que um dos grandes empecilhos para o satisfatório desempenho do universitário ao longo do curso é a falta de habilidades para compreender o discurso textual, a ponto de tornar pouco eficiente a utilização de textos como ferramenta de informação para ele. Dizem ainda que muitos estudantes universitários que possuem defasagem com relação à leitura se acomodam, arrastando-se pelas diversas disciplinas, enfrentando dificuldades que atribuem, por exemplo, ao ensino, ao currículo, ao professor etc. (WITTER, 1997; SANTOS, 1998).

Assim, o panorama observado nos estudantes de nível superior no Brasil apresenta-se como um caleidoscópio de dificuldades quanto à compreensão de textos, além do baixo nível de habilidade de leitura entre os mesmos. Por isso, tomando como base as considerações de Alves (2007), defendemos que se deve pesquisar mais sobre o tema, de maneira efetiva e científica, a fim de conhecer o comportamento de leitura e a compreensão de textos em universitários, pois estes se constituem em elementos fundamentais no Ensino Superior. De fato, delinear claramente a realidade e as atuais dificuldades de leitura apresentadas pelos estudantes universitários pode servir de subsídios para ações aplicadas na melhoria dos profissionais que são lançados aos milhares todos os anos no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com a leitura e evidentemente com a escrita sempre esteve muito presente na história do homem, requerendo, portanto, um olhar crítico para sua utilização, a fim de acompanhar as tendências sociais numa perspectiva dialética com a realidade. Por isso, faz-se mister que os professores das instituições de Ensino Superior tenham consciência do potencial transformador de cada uma de suas disciplinas para que, através delas, se possa vislumbrar o leque de possibilidades necessário para que seus alunos sejam os principais agentes do processo de leitura, interpretação e ação social, colocando-os na condição de prolongamento das ideias do autor, numa perfeita sintonia, fazendo da leitura um fato argumentativo e sincrônico.

Com base na reflexão apresentada, torna-se claro que a escassa leitura por parte dos universitários não pode ser simploriamente atribuída a algum critério volitivo, seja por “má vontade” ou desapego insensato dos estudantes, pois existe um real déficit em nível socialmente determinado, que limita o êxito acadêmico desses discentes. As motivações negativas são mais profundas do que aquilo que está visivelmente aparente. Em geral, espera-se que eles já sejam leitores plenamente aptos, que apresentem as várias habilidades de absorção integral da mensagem de um texto, pois, ao final no ensino fundamental e médio, o aluno/leitor já deveria ter adquirido as habilidades essenciais em termos de competências e motivações para que se tornasse um “bom” leitor. No entanto, a realidade observada é de pessoas despreparadas para conviver no mundo da leitura, determinadas por fatores de origem familiar, escolar e social, que não foram incitados em seu gosto pelo ato de ler, muito menos foram levados a perceber a importância disso na vida como cidadãos plenos.

As Instituições de Ensino Superior têm consigo uma grande responsabilidade não só para com os seus discentes, mas envolvendo toda a sociedade. Trata-se da oportunidade de quebrar um círculo vicioso de formação de pessoas (ALVES, 2007, p. 03) que influenciarão outros a serem da mesma forma, de fazer com que a leitura se torne um dos principais recursos para a realização plena da cidadania, visto ser ela essencial a qualquer área de conhecimento. Não se trata de corrigir erros da formação básica dos alunos e sim represar uma situação calamitosa, evitando que

tal fluxo de problemas continue, que sejam reproduzidos os males nos novos profissionais em relação ao ato de ler.

Através da leitura com entendimento completo, será possível ao estudante universitário (re)descobrir seus talentos, despertar curiosidades e construir atividades com fundo acadêmico, aproveitando muito bem o contato com a comunidade, podendo, assim, desenvolver projetos significativos, até para manter ou resgatar a cultura do lugar em que vive e estender a tão sonhada tomada de consciência crítica.

Portanto, é importante conhecer melhor o aluno-leitor desde o momento em que este ingressa na Universidade, assim como ao longo do curso, pois saber ler e compreender o que se lê são atributos essenciais para estudantes universitários. Por isso, com tal entendimento, consideramos necessária a realização de pesquisas que verifiquem o desempenho e as habilidades dos estudantes universitários quanto à leitura, sobretudo a fim de diagnosticar, estimular, corrigir e prevenir possíveis falhas e inadequações no ato de ler.

ABSTRACT: This article aims at reflecting on the reading practice of university students. Social and historical aspects as well as a panorama of reading in Brazil are highlighted in order to show the advance of reading with an emphasis on its concepts and functions. Also, one studies the importance of reading within educational process by pointing out some aspects, such as: interpretation, understanding and intertextuality surveyed among Brazilian university students. One reports the importance of a larger involvement in reading process of undergraduate students due to the lack of the reading habit. One observes that the concern with reading access is global; however, in Brazil, among several difficulties, questions such as reader's formation in both family and school contexts, by highlighting the spread and deficiency of university education based on academic practices of forced and mechanized reading. One concludes that the creation of reading habits regards as a sociopolitical and cultural ideal. Thus, for the formation of critical citizens, readers should perform reading activity constantly not only in the academic level as well as a way of pleasure, and an acquisition of information and knowledge, by permitting them to reflect and to transform their reality.

Key words: Reading. Reading Habits. University Education.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. L. M. S. Leitura e Universidade: comportamento de leitura na formação do pedagogo da UFPA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO/V CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO/I COLÓQUIO IBERO-AMERICANO, 23. Porto Alegre. Por uma Escola de Qualidade para Todos. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS/FEFED/PPGEDU, 2007. v. 1. p. 1-15.

ANDRAUS JÚNIOR, S.; SANTOS, A. A. A. Importância do desenvolvimento da leitura na formação profissional. In: WITTER, G. P. **Leitura, textos e pesquisas**. Campinas: Alínea, 1999.

BAMBERGER, R. **Como incentivar o hábito da leitura**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. 1ª a 4ª séries. v. 2, Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

COELHO, N. N. **Literatura Infantil: Teoria, Análise, Didática**. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

ESCOLA SUPERIOR PROF. PAULO MARTINS (ESPAM). Excesso de estímulo à expansão da rede particular teria provocado crescimento exagerado do número de faculdades, **ESPAM**, 22 out. 2008. Sobradinho/DF. Disponível em: <<http://www.espam.edu.br/index.php?menu=espam&materia=420>>. Acesso em: 12 out. 2010.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de Texto: Leitura e Redação**. São Paulo: Ática, 2001.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 47. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KLEIMAN, A. **Texto e Leitor: aspectos cognitivos da literatura**. 2. ed. São Paulo: Pontes, 1989.

KOSTMAN, A. Procuram-se alunos. **Veja**, ano 37, n.º 1837, 21 jan. 2004, São Paulo: Abril, p. 54.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MARTINS, L. M. B. Prática de leitura na universidade: uma reflexão teórico-crítica. **Educação e Emancipação**, São Luís, v. 1, n.1, jan./fev. 2002.

MARTINS, M. H. **O que é leitura**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MOREIRA, D. A. Produtividade, Desenvolvimento e Alfabetização Funcional: Algumas Constatações. **Midiатека INAF**, São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, 14 set. 2005. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.07.01.01.00&num=19&ver=por>. Acesso em: 10 set. 2010.

OLIVEIRA, K. Universitários dedicam pouco tempo à leitura e aos estudos, revela Enade. **Agência Brasil**, São Paulo: Empresa Brasil de Comunicação, 9 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/07/09/materia.2007-07-09.4440958479/view>>. Acesso em: 10 set. 2010.

ORLANDI, E. P. **A leitura e os leitores**. Campinas-SP: Pontes, 1998.

SANTOS, A. A. A. **Leitura entre Universitários: diagnóstico e Remediação**. 1998. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, E. M. T. Leitura e escrita na universidade. In: WITTER, G. (Org.). **Leitura e psicologia**. Campinas-SP: Alínea, 2004.

SILVA, E. T. **O Ato de Ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

WITTER, G. (Org.). **Leitura e universidade**. Campinas-SP: Alínea, 1997.

ZILBERMAN, R. (Org.). **Leitura em crise na escola: as alterações do professor**. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

*Recebido em setembro de 2011.

*Aprovado em dezembro de 2011.